



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 1152/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob a forma Eletrônica, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, do tipo CONTRATAÇÃO INTEGRADA, destinada à construção de unidades habitacionais no Município de Monte Sião/MG, no Loteamento São Sebastião, Distrito de Mococa das Gerais. O empreendimento deverá atender às diretrizes do Programa FNHIS Sub-50, da Caixa Econômica Federal, conforme a Proposta nº 039792/2025, observadas todas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento. conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela: Estimativa de valores

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de serviços preliminares, como canteiro de obra, ligações provisórias, locação de obra e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 118.682,67
1.2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização da administração e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 136.541,16
1.3	FUNDAÇÃO - RADIER Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de fundação (radier), como escavação, compactação, lastro, armação, concretagem e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 309.400,28
1.4	FUNDAÇÃO - IMPERMEABILIZAÇÃO Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de fundação (impermeabilização), como veus, impermeabilização e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 26.610,00
1.5	SUPERESTRUTURA - PILARES, VIGAS E LAJES Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de superestrutura (pilares, vigas e lajes), como monstagens / semontagens, armações, concretagens e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 242.649,16
1.6	PAREDES/PAINÉIS - ALVENARIA/FECHAMENTOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de paredes/painéis (alvenaria/fechamentos), como alvenaria de vedação, vergas, contravergas e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 232.413,84





Prefeitura Municipal de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DA MODA TRICÔ
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro - CEP 37.580-000.



1.7	PAREDES/PAINÉIS - ESQUADRIAS METÁLICAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de paredes/painéis (esquadrias metálicas), como portas/janelas de alumínio e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 149.356,36
1.8	PAREDES/PAINÉIS - ESQUADRIAS DE MADEIRA Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de paredes/painéis (esquadrias de madeira), como portas de madeira e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 75.008,40
1.9	COBERTURA E PROTEÇÕES - TELHADOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de cobertura e proteções (telhados), como telhamento, tramas, pintura, amarração e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 638.576,40
1.10	REVESTIMENTOS - INTERNOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de revestimentos (internos), como chapisco, emboço, massa única e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 121.024,28
1.11	REVESTIMENTOS - CERÂMICOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de revestimentos (cerâmicos), como revestimentos e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 38.887,72
1.12	REVESTIMENTOS - EXTERNOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de revestimentos (externos), como chapisco, emboço e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 92.643,72
1.13	REVESTIMENTOS - FORROS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de revestimento (forros), como forros em PVC e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 53.024,32
1.14	PINTURA - INTERNAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de pintura (interna), como pintura látex, fundo selador e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 48.682,56
1.15	PINTURA - EXTERNAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de pintura (externas), como pintura látex aplicação de fundo selador e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 26.508,80
1.16	PINTURA - ESQUADRIAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de pintura (esquadrias), como lixamento, pintura e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 18.849,60
1.17	PAVIMENTAÇÕES - CERÂMICA Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de pavimentações (cerâmica), como revestimento cerâmico e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 69.361,52





Prefeitura Municipal de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DA MODA TRICÔ
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro - CEP 37.580-000.



1.18	PAVIMENTAÇÕES - CIMENTADOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de pavimentações (cimentados), como compactação, execução de passeio e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 24.416,28
1.19	PAV. - RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de rodapés, soleiras, peitoris e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 30.944,92
1.20	INST. ELÉTRICAS - CENTRO DISTRIBUIÇÃO Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações elétricas (centro de distribuição), como disjuntores, entradas de energia, quadros de energia e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 65.185,40
1.21	INST ELÉT. - ILUMINAÇÃO Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações elétricas (iluminação), como luminárias, lâmpadas, interruptores, lâmpadas, tomadas suportes e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 43.281,20
1.22	INST ELÉTRICAS - FIOS E CABOS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações elétricas (fios e cabos), como cabos de cobre, eletrodutos flexíveis rasgo linear e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 124.356,56
1.23	INST HIDRÁULICAS - TUBULAÇÕES/CONEXÕES Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações hidráulicas (tubulações / conexões), como joelho, tê, adaptador, tubo PVC pressurizador e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 19.943,08
1.24	INST. HIDRÁULICAS - REGISTROS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações hidráulicas (registros), como registros, engate flexível e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 17.390,40
1.25	INST. HIDRÁULICAS - ENTRADA/ALIMENTAÇÃO Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações hidráulicas (entrada/alimentação), como cavaletes, caixa embutir, tubos PVC joelho, tê e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 14.597,84
1.26	INST. HIDRÁULICAS - CAIXA D'ÁGUA/BARRILETES Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações hidráulicas (caixa d'água/barriletes), como furo em caixa d'água adaptador, torneira joelho, bucha, tê e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 23.533,36
1.27	INST. SANITÁRIAS/PLUVIAL - TUB. E CONEXÕES Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações sanitárias (tubos e conexões), como joelho, tê, redução tubo PVC e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	R\$ 54.685,76





Prefeitura Municipal de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DA MODA TRICÔ
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro - CEP 37.580-000.



1.28	INST. SANITÁRIAS/PLUVIAL - ACESS./CAIXAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalações sanitárias/pluvial (acess./caixas), como caixa sifonada, caixa enterrada, caixa de gordura, ralo e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 87.493,80
1.29	INST. - APARELHOS, METAIS E BANCADAS Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de instalação (aparelhos, metais e bancadas), como vaso, lavatório, bancada, tanque, chuveiro e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 55.081,80
1.30	COMPLEMENTAÇÕES - LIMPEZA Consiste nos encargos relacionados à serviços/materiais para realização de complementações (limpeza), como limpeza de piso, forro, bancada, janelas, portas e/ou demais necessidades que a empreita requeira.	RS 14.374,36
TOTAL GERAL		RS 2.973.415,55

1.2 O objeto desta contratação são caracterizados como de responsabilidade da contratada elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obra até a entrega final do objeto, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é para o exercício de 2027, constados da assinatura do contrato, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de contrato por escopo definido, sendo possível a prorrogação automática.

1.5 O prazo de execução da obra é de 12 meses, contados a partir da Ordem de Serviço.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7 As participantes poderão apresentar o Atestado de Visita Técnica ou a Declaração de conhecimentos do local da obra.

1.8 Atestado de Visita constando que o responsável técnico da empresa licitante visitou e tem pleno conhecimento das obras e serviços a serem executados, dos locais de execução, bem como do Projeto e Especificações Técnicas e que se sujeita a todas as condições estabelecidas.

1.9 É facultativa a visita da licitante ao local das obras para conhecimento pleno do lugar, ocasião em que lhe será fornecido Atestado de Visita, se realizado- Documento deverá ser incluído na Habilitação Técnica.

1.10 Atestado de Visita será fornecido pela Secretaria de Obras, Viação, e Serviços Urbanos – Secção de Engenharia da Prefeitura Municipal de Monte Sião, instalada no





subsolo da sede da Prefeitura, à Rua Maurício Zucato, 111, Centro, Monte Sião, MG.

1.11 As visitas deverão ser marcadas e realizadas de 10h às 16h, de segunda a sexta-feira, junto à Secção de Engenharia, até o dia útil anterior à data limite para abertura da sala de disputa.

1.12 A visita técnica terá por finalidade:

- a. Conhecimento das áreas e dos locais em que serão prestados os serviços e executadas as obras;
- b. Solicitação de esclarecimentos necessários à formulação da proposta e futura execução do objeto.

1.13 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto licitado não serão consideradas como argumentos válidos para reclamações futuras, nem tampouco desobrigam a sua execução.

1.14 Declaração que conhece as condições do local para Execução da Obra constando que o responsável técnico da empresa licitante tem pleno conhecimento das obras e serviços a serem executados, dos locais de execução, bem como do Projeto e Especificações Técnicas e que se sujeita a todas as condições estabelecidas.

1.15 É facultativa a Declaração que conhece as condições do local para Execução da Obra, se realizada- Documento deverá ser incluído na Habilitação Técnica.

1.16 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto licitado não serão consideradas como argumentos válidos para reclamações futuras, nem tampouco desobrigam a sua execução.

1.17 Será inabilitada a licitante que não incluir o Atestado de Visita ou a Declaração que conhece as condições do local para Execução da Obra.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Subcontratação

- 4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitido.

Garantia da contratação

- 4.3. A CONTRATADA fica responsável pela solidez e segurança da obra, quando a vícios ocultos ou defeitos, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a serem contados a partir do recebimento definitivo da obra emitido pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviço Públicos.
- 4.4. Para garantia de execução do contrato, a Contratada deverá optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96 c/c 97 da Lei nº. 14.133/21, que corresponderá a 3% (três por cento) do valor do contrato, podendo ser atualizada nas mesmas condições do mencionado artigo.
- 4.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após o término do contrato e responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e por todas as multas impostas à contratada.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de execução será de acordo com o cronograma de execução, contados da assinatura do contrato.
- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Localizado na Avenida Silvino Vitoriano dos Santos - Loteamento São Sebastião, Distrito Mococa das Gerais, Município de Monte Sião – Minas Gerais,

Garantia, manutenção e assistência técnica.

- 5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar o pessoal técnico, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades previstas no item 1.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.
- 5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.5 A contratada deverá elaborar os projetos, básico e executivo, atendendo às diretrizes





do Programa FNHIS Sub-50 da Caixa Econômica Federal.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência,





para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato por meio de diário de obra, relatório fotográfico em conformidade com o projeto executivo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

6.9.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à





prorrogação contratual.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

Recebimento

7.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma





Físico- Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. Ofiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até





que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.13 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.17. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.19. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.20. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.21. Deverá ser incluso o Diário de Obras e Relatório Fotográfico da execução da obra.

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas





pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992,





7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, sob a forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, tipo CONTRATAÇÃO INTEGRADA

8.2 Critérios de aceitabilidade de preços.

8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

8.5. Valor global: **R\$ 2.973.415,55 (dois milhões novecentos e setenta e três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos).**

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos: Habilitação jurídica.

8.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





Prefeitura Municipal de Monte Sião

ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DA MODA TRICÔ

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro - CEP 37.580-000.



8.9. **Sociedade empresária Ltda ou sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

8.13. **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;;

8.14. **Certidão Federal** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.15. **FGTS** - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

8.16. **Certidão Trabalhista** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;;

8.17. **Inscrição Municipal** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. **Inscrição Estadual** – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao ramo de atividade e com o objeto contratual;





8.19. **Certidão Municipal** - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. **Certidão Estadual** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. **Certidão Simplificada** – expedida pela Junta Comercial competente, devendo estar atualizada, com data de emissão não superior a 120 (cento e vinte) dias da data de sua apresentação.

8.22. **Certidão Negativa Correccional** - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço Patrimonial, registrado na Junta Comercial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), dos 2 (dois) últimos exercícios social;

8.26. A comprovação da boa situação financeira da licitante será atestada por documento assinado por profissional legalmente habilitado demonstrando que a empresa apresenta: “Índice de Liquidez Geral (ILG)”, “Índice de Solvência Geral (ISG)” e “Índice de Liquidez Corrente (ILC)”, segundo os valores e fórmulas de cálculo abaixo indicados:

a. Índice de Liquidez Corrente (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

b. Índice de Solvência Geral (ISG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,00, calculado pela fórmula abaixo:

$$ISG = \frac{AT}{PC + PELP}$$

c. Índice de Liquidez Geral (ILG) IGUAL OU SUPERIOR a 1,00, calculado pela fórmula a seguir:





$$ILG = \frac{AC + ALRP}{PC + PELP}$$

8.26.1. Onde, AC=Ativo Circulante, PC=Passivo Circulante, ARLP=Ativo Realizável em Longo Prazo, PELP= Passivo Exigível em Longo Prazo e AT=Ativo Total;

8.26.2. Para fins de cálculo dos índices referidos anteriormente, as licitantes deverão utilizar duas casas após a vírgula, desconsiderando-se as demais, sem arredondamento;

8.26.3. As fórmulas acima apontadas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, devidamente assinado pelo contador da licitante;

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

8.31. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um), diferente de 0 (zero), em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

8.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.32.1 A exigência de comprovação dos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG), iguais ou superiores a 1,00 (um), tem por finalidade verificar a capacidade econômico-financeira da licitante para cumprir as obrigações contratuais, assegurando a adequada execução do objeto e a mitigação de riscos à Administração. Os referidos índices constituem critérios contábeis objetivos, usualmente adotados pela Administração Pública, não configurando restrição à competitividade, mas medida proporcional e necessária à proteção do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.33. *Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 30% (trinta por cento) (art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021) dos valores de patrimônio líquido exigidos para o licitante individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte fórmula:*





PLCCons = PLC x PartC

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.33.1. O acréscimo previsto no item anterior não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.33.1.2 O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 15, §2º, da Lei nº 14.133/2021, devendo ser comprovado o enquadramento de todos os consorciados nas categorias de ME ou EPP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006.

8.33.2. No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

Qualificação Técnica

8.34. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.34.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo CREA.

8.36. Apresentação do(s) profissional (is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra de características semelhantes.

8.37. O(s) profissional (is) indicado(s) na forma supra deverá (ão) participar da obra objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.39. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Declarações

8.40 Os licitantes declaram estar ciente das seguintes condições:





- a) Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
 - b) Concorda plenamente os requisitos de habilitação.
 - c) Inexiste fato impeditivo de nossa participação no citado certame; declaramos, ainda, ciente de todas as disposições relativas à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no edital;
 - d) Não haverá prestação de serviço, na execução do Contrato, de cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerce cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Município.
 - e) Não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; 7º da Constituição Federal;
 - f) Atendemos à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
 - g) Não possui em seu quadro societário ou no seu quadro de pessoal servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.
 - h) Declara que concorda em integrar o Cadastro de Reserva, pelo valor do seu último lance — ou da proposta inicial, quando não houver lances — nos itens em que não se sagrar vencedor, conforme a fase de lances descrita na Ata do certame.
- () SIM () NÃO
- i) Declaração de que o licitante cumpre a cota de menor aprendiz a que está obrigada (artigo. 429 e seguintes da CLT);

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL

- j) 1 - () É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.
- k) 2 - () NÃO É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e desta forma, declaro estar ciente de que não tenho o direito de usufruir dos direitos previstos em leis no procedimento licitatório supracitado.

8.41 As declarações deverão conter os dados da empresa e do responsável legal, data, local e serem devidamente assinadas pelo responsável.





8.41.1 É vedada a realização de quaisquer alterações na presente declaração.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.973.415,55 (dois milhões novecentos e setenta e três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa: 0078;
Ação: 1483 – Execução do Programa Minha Casa Minha Vida;
Ficha: 693 – Obras e Instalações;
Saldo atual: R\$ 333.821,62.
Centro de Custo: 155
Conta Bancária: Caixa Econômica nº. 27-6.
Fonte: 1500

Programa: 0078;
Ação: 1483 – Execução do Programa Minha Casa Minha Vida;
Ficha: 694 – Obras e Instalações;
Saldo atual: R\$ 3.250.000,00.
Centro de Custo: 155
Conta Bancária: Caixa Econômica nº. 5741897629.
Fonte: 1700

Programa: 0078;
Ação: 1483 – Execução do Programa Minha Casa Minha Vida;
Ficha: 692 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
Saldo atual: R\$ 70.000,00.
Centro de Custo: 155
Conta Bancária: Caixa Econômica nº. 5741897629.
Fonte: 1700

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a legislação





Prefeitura Municipal de Monte Sião
ESTÂNCIA HIDROMINERAL – CAPITAL NACIONAL DA MODA TRICÔ
Rua Maurício Zucato, 111 – Centro - CEP 37.580-000.



vigente aplicável, constituindo parte integrante e indissociável do processo administrativo correspondente, servindo como base para a contratação do objeto nele descrito.

Monte Sião, 09 de abril de 2026.

Marcela Renção Zucato
Secretária Municipal de Assistência Social





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

7CEB454D6E034DC68EE4F7C6C69D6AFD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: MARCELA CRISTINA RENCAO ZUCATO em 09/04/2026 17:19:19

CPF:***.***-688-33

Certificadora: MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/7CEB454D6E034DC68EE4F7C6C69D6AFD>